



UNIVERSIDADE VALE DO ACARAÚ - UVA
UNIVERSIDADE ABERTA VIDA - UNAVIDA

CURSO: PEDAGOGIA

DISCIPLINA:

**EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS
SOCIAIS**

LUTAS E MOVIMENTOS PELA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA

LUTAS E MOVIMENTOS PELA EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os movimentos sociais possuem uma importância única para a sociedade, devido às relações que ocorrem entre os indivíduos participantes e a luta por objetivos comuns, visando assim a conquista de seus direitos e a manutenção de seus deveres. Todos os movimentos possuem características educativas, devido às normas que necessitam ser seguidas e a estrutura de funcionamento, assim o processo educativo é construído por meio de experiências e do conhecimento sobre a atual situação (passado/presente) de cada organização. Dessa forma, ocorre a formação da mentalidade coletiva e a consciência de cidadania dos indivíduos que participam dos movimentos sociais.

A história do Brasil foi marcada por um forte processo de concentração de suas riquezas, isso ocasionou ao longo do tempo uma permanente exclusão econômica, social e política de suas populações mais pobres. Essa trajetória excludente deixou como uma de suas maiores consequências o analfabetismo. Enquanto em alguns países da Europa os índices de alfabetização atingiam a casa dos 90% no final do século XIX, esse índice só foi alcançado no Brasil no final do século XX, quase 100 anos depois. Até agora não conseguimos extirpá-lo.

Em 1932 houve um manifesto dos pioneiros da educação a fim de conscientizar a população brasileira frente a educação no Brasil, foi abordado vários assuntos, pronunciado várias críticas a respeito da condução da educação brasileira até aquela época.

Segundo os pioneiros da educação, a escola deveria ter mais cuidado na formação dos futuros profissionais que serão lançados no mercado de trabalho pois a educação é tão importante quanto a economia, mas na verdade a educação é um setor que é pouco valorizado pelos políticos, sendo que a escola tem a função de formar cidadãos.

No período republicano, a proibição do voto ao analfabeto transformou uma exclusão educacional em política. Estava vedada às “deseducas” classes populares brasileiras a possibilidade do exercício do voto. Entre os anos 1950 e 1960 o Brasil passou por um período de importantes transformações. Os processos de urbanização e industrialização alteravam profundamente a vida e o cotidiano das pessoas.

Conjugando a alfabetização de adultos com um processo de conscientização, trabalhando o teatro, a música, o cinema e valorizando as manifestações artísticas populares. Os movimentos de educação e cultura popular representaram o aparecimento destes elementos sociais e políticos novos, resultado direto daquele processo, exemplos de expansão e democratização do sistema de ensino. Instrumentos de mobilização política e social, os movimentos incluíam no processo político, por meio da alfabetização de adultos, importantes camadas das classes populares. A possibilidade de uma mudança no jogo eleitoral, via alfabetização era concreta, constituía-se uma tarefa dos grupos e organizações políticas nacionalistas e de esquerda, interessadas na mobilização política e na postura crítica dos alunos, bem como na ampliação do universo de eleitores, na esperança de quebrar a maioria eleitoral das forças tradicionais e conservadoras.

Nos anos 1960 o IBGE calculava um índice de 40% de analfabetos entre a população com mais de 15 anos, isso representava cerca de 16 milhões de pessoas. A Constituição de 1946 proibia o analfabeto de votar. Isso significava que boa parte dos brasileiros estavam impedidos de participar do processo político. A formação de um universo mais amplo de eleitores aumentava a possibilidade de mudanças nos quadros políticos brasileiros. A alfabetização popular passou a ser entendida como um instrumento da luta política, aliada a uma nova ideia de cultura popular, que passava de uma popularização da cultura erudita para uma valorização da cultura do próprio povo e a construção de elementos culturais novos. Esses elementos somados ao contexto de crise econômica e política do período propiciaram o início de uma postura ativa das camadas populares, na exigência de seus direitos e na transformação de sua realidade social.



Uma forte e crescente mobilização popular marcou o cenário político brasileiro. A luta contra o analfabetismo se insere neste processo, na defesa das Reformas de Base, do sindicalismo urbano, da formação das Ligas Camponesas, da sindicalização rural etc. Todas essas iniciativas tiveram ampla participação de setores das classes populares, era uma mudança na postura política daquelas classes, e também na percepção dos problemas enfrentados no seu dia a dia. Diante dos desafios para o desenvolvimento brasileiro, apontavam-se soluções mais profundas: reformar e/ou revolucionar as estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira.

O governo João Goulart foi palco de uma intensa luta política entre setores antagônicos da sociedade. De um lado, os movimentos sociais estavam cada vez mais organizados, demonstravam claros sinais de insatisfação com a profunda desigualdade econômica e social do país e defendiam a execução das "Reformas de Base". O movimento operário seja de tradição trabalhista ou comunista, as Ligas Camponesas, o sindicalismo rural, os estudantes, artistas e intelectuais na UNE, demonstravam claramente sua intenção de reformar/revolucionar as estruturas da sociedade brasileira. Por outro lado, um amplo setor conservador formado pela burguesia industrial,

proprietários rurais, o capital externo, e setores das classes médias, da Igreja Católica e das Forças Armadas reagem a tais manifestações como forma de manter sua posição social e/ou extirpar a “ameaça vermelha”.

Ressaltamos, que a forte relação entre os movimentos e os políticos com uma postura progressista e de esquerda, não deve ser simplificada e condenada, ou querer mascará-las por considerar esses políticos, ou seus partidos, como “populistas”, portanto, manipuladores, demagogos, e etc. No governo Goulart os movimentos e ações na área de alfabetização de adultos ganharam importante destaque. O Ministério da Educação, nas gestões de Darci Ribeiro, Paulo de Tarso Santos e Júlio Sambaqui, financiou e apoiou os movimentos de educação e cultura popular.

Não se quer, aqui, defender a ideia de que as esquerdas eram unidas e que não disputavam espaço. Havia concorrência e discordâncias entre os grupos políticos progressistas que, muitas vezes, se colocavam em conflito direto. Entretanto, em nosso entendimento, as divisões no interior das esquerdas não invalidam nossa tese de que os movimentos de educação e cultura popular foram resultado da ação conjunta de cristãos, comunistas e trabalhistas. Um esforço que reuniu políticos como João Goulart, Miguel Arraes, Djalma Maranhão e Paulo de Tarso Santos; intelectuais e educadores como Darci Ribeiro, Paulo Freire, Moacyr de Góes e Germano Coelho; militantes dos movimentos como Osmar Fávero, Aída Bezerra, Herbert de Souza, Luiz Eduardo Wanderley e tantos outros, que lutaram lado a lado na tentativa de se combater o analfabetismo de cerca de 50% da população brasileira. Com isso, esperava-se também, contribuir com o processo de desenvolvimento do país, bem como, com a realização das reformas estruturais que transformariam a realidade brasileira, marcada por forte exclusão.

A polarização política e ideológica da sociedade era cada vez maior, tanto a extrema esquerda como a extrema direita apostavam na radicalização das posições como forma de alcançar seus objetivos.

A sociedade começou a polarizar-se em dois grandes blocos”. De um lado um projeto, que podemos chamar de nacional estatista, pregava o desenvolvimento nacional, a criação de empresas estatais, a defesa dos direitos trabalhistas, o aumento das redes de proteção social, investimentos estatais em setores considerados estratégicos, além da forte presença do Estado em praticamente todos os setores sociais. De outro lado um projeto liberal conservador, que propunha a abertura da economia brasileira ao capital externo, a ausência do Estado nas relações entre patrões e empregados, a adesão do país à política externa estadunidense sem contestações, e uma grande desconfiança da crescente participação política das classes populares.

Quase toda a discussão política teve como foco as chamadas Reforma de Base, cujo objetivo era realizar um profundo programa de justiça social e desenvolvimento nacional. Setores da burguesia nacional, capital externo e proprietários rurais defendiam nenhuma reforma ou, no máximo, reformas moderadas.

A alfabetização popular

Nos de 1960, o Brasil contava com uma imensidão de jovens e de adultos analfabetos. A constituição de 1946, ainda em vigor na época, proibia o analfabeto de votar, negando a eles participação importante na vida política do país e privando-lhes do exercício de uma plena cidadania. Nesse contexto, a alfabetização popular passou a ser entendida como um instrumento de luta política e de valorização da cultura popular. Movimentos e iniciativas voltadas para a alfabetização de adultos começaram a surgir dentro de uma concepção de transformação da realidade social.

O período compreendido entre 1958 e 1964 foi no Nordeste de forma geral e em Pernambuco de forma particular um cenário propício à elaboração de diferentes propostas e ações cujo objetivo geral era “superar o atraso e o subdesenvolvimento da região. Dentre essas iniciativas, encontramos desde o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Recife em Pernambuco, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a Ler em Natal no Rio Grande do Norte, o Movimento de Educação de Base (MEB ligado à Igreja Católica, os Centros Populares de Cultura (CPC’s) até a política de educação popular do governo João Goulart, liderada e organizada pelo educador Paulo Freire por meio do Plano Nacional de Alfabetização (PNA).

A história do Movimento de Cultura Popular (MCP) começou com a vitória de Miguel Arraes para a prefeitura do Recife em 1959. Durante a campanha eleitoral a educação já aparecia como uma das preocupações do candidato das esquerdas. Ciente da realidade educacional caótica e da falta de escolas para as classes populares do Recife, Arraes tomou a iniciativa de estabelecer um plano de educação para a cidade. Nesse sentido, convidou um grupo de intelectuais para a elaboração do Plano Municipal de Ensino.

O MCP surgiu oficialmente em 21 de Maio de 1960 e se propunha a pensar a educação de forma mais ampla, não apenas a alfabetização ou a escolarização das crianças, mas um movimento em marcha. Não só para crianças e adolescentes, mas igualmente para adultos. Não apenas para a educação, mas também para a cultura. O objetivo maior, como rezava o estatuto, era proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e o trabalho.

O MCP organizava suas escolas em Associações de Cultura Popular, o processo pedagógico estava intrinsecamente ligado à questão da cultura popular, da participação do povo nas diversas atividades das associações. A cultura popular passou a ganhar um papel mobilizador, de incentivar o povo para a participação. A educação popular, por sua vez, ganhava contornos específicos, não era mais simplesmente um instrumento de alfabetização de adultos, mas de promoção da cultura, de conscientização e de leitura da realidade. O MCP teve rápido desenvolvimento atingindo praticamente todo o Recife. Muito mais do que um sistema de ensino tradicional, o MCP constituiu um movimento que atraiu para si, todo um esforço de transformação da realidade social.

Em fevereiro de 1961 a Prefeitura de Natal no Rio Grande do Norte deu início a um outro movimento denominado De Pé no Chão Também Se Aprende a Ler, uma campanha

educacional que se propunha a combater, de um lado, o analfabetismo adulto que atingia cerca de 59% da população e, de outro, a falta de escolas para as crianças em idade escolar.



Tendo nascido no âmbito dos Comitês Nacionalistas, veio a se desenvolver na Secretaria Municipal de Educação durante a administração de Djalma Maranhão. A sua principal especificidade é justamente esta: um movimento popular que opera dentro de um aparelho de Estado. Daí a fase de 1960-64 ter significado um fortalecimento da Escola Pública Municipal em Natal. Inicialmente programado para ser uma campanha de erradicação do analfabetismo, DE PÉ NO CHÃO extrapolou de sua proposta inicial e se converteu numa política de cultura e educação popular na qual a sociedade organizada é o seu principal sujeito e os administradores da Secretaria Municipal de Educação são os seus "intelectuais orgânicos", nas tarefas de planejamento, acompanhamento e avaliação dessa mesma política.

Diante de um déficit orçamentário calculado em mais de 43 milhões de cruzeiros em 1961, a nova administração enfrentou um enorme desafio, como corresponder às expectativas da população e cumprir os compromissos de campanha sem recursos financeiros. Em fevereiro de 1961 numa reunião com representantes do Comitê Nacionalista do bairro proletário das Rocas, um dos mais mobilizados da cidade, a discussão girava em torno do problema da falta de verbas da prefeitura, como acabar com o analfabetismo sem dinheiro para construir escolas?

No final da reunião o Comitê aprovou uma moção de apoio ao Prefeito no seu esforço de combater o analfabetismo, e diante da falta de recursos financeiros para construir escolas de alvenaria, propunha que a Prefeitura ampliasse o programa já existente das escolinhas e, nas Rocas de Cima, construísse escolas cobertas com palha de coqueiro, a proposta foi aceita rapidamente pelo prefeito.

O nome da Campanha surgiu de uma reportagem do jornalista Expedito Silva. Depois de visitar um dos acampamentos Expedito noticiou que naquelas escolas “de pé no chão também se aprende a ler”, e apontava no sentido de que, a partir daquele

momento a educação “não seria mais privilégio, pois todos teriam acesso à Escola, sem fardas, com qualquer roupa e até mesmo sem calçados”.

Em julho de 1962 teve início a organização de uma nova fase da Campanha, diante de uma situação social profundamente miserável a alfabetização melhorava mas não resolvia os principais problemas das famílias. Era necessário criar condições econômicas para que elas pudessem amenizar sua situação social. A Campanha “de pé no chão também se aprende uma profissão” surgiu em meados de 1962, em julho Djalma enviou uma mensagem ao legislativo municipal, na qual afirmava que a Campanha já contava, naquele momento, com 15 mil alunos, nesse sentido solicitava, “então, a abertura de um crédito de 1 milhão de cruzeiros, destinado à aquisição do material para a instalação de nova Campanha”.²³⁵ A proposta era ensinar vários tipos de profissões manuais oferecendo cursos para formar novos mecânicos, sapateiros e alfaiates, por exemplo. Destinado aos setores mais pobres da cidade, o projeto buscava atingir principalmente a juventude. A campanha de pé no chão também se aprende uma profissão foi preparada durante o ano de 1962, entrando em funcionamento somente em fevereiro do ano seguinte.

Os movimentos de Recife e Natal foram destruídos pelo Golpe de Estado de 1964, sob a acusação de que estavam comunizando o Nordeste. Naquele contexto era vista, pelos órgãos de repressão, como uma perigosa “arma de propaganda comunista” e, por isso, foi alvo de uma implacável repressão que culminou rapidamente em sua destruição.

O Método Paulo Freire de Alfabetização

Movimentos sociais, cada vez mais organizados, reivindicavam soluções para as profundas desigualdades sociais no país. Todo esse cenário foi percebido pelos setores conservadores, assim como foi percebido no método Paulo Freire, incorporado como política pública do Governo Federal, uma ameaça ao status quo vigente. Nesse momento, tais iniciativas de alfabetização passaram a ser vistas como ameaças reais às sólidas estruturas de uma sociedade desigual.

A primeira experiência de grande porte de seu método foi realizada em Angicos, interior do estado do Rio Grande do Norte entre janeiro e abril de 1963. Foram alfabetizadas cerca de 300 cortadores de cana adultos que aprenderam a ler e a escrever num período de 45 dias.

O processo se deu em apenas quarenta horas de aula e sem cartilha. Freire criticava o sistema tradicional de alfabetização, o qual utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. As cartilhas ensinavam pelo método da repetição de palavras soltas ou de frases criadas de forma forçosa, o que, comumente, se denomina como “linguagem de cartilha”: por exemplo, Eva viu a uva, o boi baba, a ave voa, dentre outros.

Na verdade, o que se coloca é o grau da relação entre Paulo Freire (e os movimentos de alfabetização) com a política da época, muitos autores caracterizam a política nos anos 1950 e 1960 ainda sob a égide clássica do “populismo”, no qual políticos

demagogos enganariam o povo com seus discursos, utilizando paralelamente a força coerciva do Estado para manipularem ao seu bem querer uma população desavisada e passiva. Seguindo esse raciocínio os movimentos e campanhas de alfabetização funcionariam como “fábrica de eleitores”, abrindo a possibilidade de crescimento eleitoral dos setores trabalhistas, progressistas e de esquerda no campo político e institucional do país.

A experiência, inédita no Brasil, tinha uma meta ousada: alfabetizar adultos em 40 dias. Mas não era só isso. Paulo Freire pretendia despertar o ser político que deve ser sujeito de direito.

O Patrono da Educação Brasileira desenvolveu naquela época, um método de alfabetização baseado nas experiências de vida das pessoas. Em vez de buscar a alfabetização por meio de cartilhas e ensinar, por exemplo, “o boi baba” e “vovó viu a uva”, ele trabalhava as chamadas “palavras geradoras” a partir da realidade do cidadão. Por exemplo, um trabalhador de fábrica podia aprender “tijolo”, “cimento”, um agricultor aprenderia “cana”, “enxada”, “terra”, “colheita” etc. A partir da decodificação fonética dessas palavras, ia se construindo novas palavras e ampliando o repertório.



O método Paulo Freire estimula a alfabetização dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de palavras presentes na realidade dos alunos, que são decodificadas para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo.

Foi a partir desta trajetória que Paulo Freire, seu método e sua equipe chegaram ao Ministério da Educação (MEC) na gestão de Paulo de Tarso Santos. Paulo de Tarso ocupou por cinco meses o Ministério da Educação, entre junho e outubro de 1963.

Os militares no poder

Durante o regime militar, que teve início em 1964, ocorreu em substituição ao método de alfabetização de adultos preconizado pelo educador Paulo Freire, que recebia recursos estatais até então, e se tornara persona non grata ao regime.

Tão logo tomaram o poder, os militares iniciaram um processo de perseguição e destruição das campanhas e movimentos de educação e cultura popular. A alfabetização como vinha sendo feita, era vista como uma ameaça à nova “ordem democrática”.

Os movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados

O sistema repressivo brasileiro foi responsável pela “paralisação quase completa do movimento popular de denúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina”. Vale ressaltar que as ações militares foram amparadas por setores significativos da sociedade brasileira. Muitos políticos apoiaram as prisões, expurgos e até mesmo torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos de repressão, como forma de se livrarem de oponentes políticos fortes. Setores conservadores da Igreja temendo o a implantação do comunismo ateu também validaram, ainda que com menor intensidade, as perseguições. As demonstrações de apoio à “revolução” não foram poucas.

O resultado de toda essa repressão foi catastrófico para a alfabetização de adultos no país. Nos dois primeiros anos do novo governo, o problema da educação dos adultos é deixado de lado pelo Ministério da Educação. Entretanto, a paralisação dos esforços brasileiros no sentido de diminuir sua porcentagem de analfabetos e de educar sua população adulta causou uma repercussão muito negativa no exterior. Somente a partir de 1966 o governo militar iniciou suas atividades na área de educação de adultos, primeiro apoiando a Cruzada ABC, e, depois no final de 1967 criando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).



O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. O governo prometia, com alarde, promover o chamado milagre brasileiro, varrendo o analfabetismo do País em apenas dez anos. O Brasil tinha, em 1970, mais de 18 milhões de adultos analfabetos, o que representava 33,6% da população com mais de 15 anos.

A criação do Mobral mobilizou o País por meio da campanha "Você também é responsável", que estimulava a participação da sociedade no novo projeto de educação. Conseguiu estender suas ações por todos os municípios do Brasil.

De todo modo, o método de alfabetização usado pelo MOBREAL era fortemente influenciado pelo Método Paulo Freire, utilizando-se por exemplo do conceito de "palavra geradora". A diferença é que o Método Paulo Freire utilizava palavras tiradas do cotidiano dos alunos, enquanto, no MOBREAL, as palavras eram definidas a partir de estudo das necessidades humanas básicas por uma equipe técnica definida pelo governo.

A recessão econômica iniciada nos anos de 1980 inviabilizou a continuidade do programa. A partir de 1985, com o fim do regime militar, a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) passou a se chamar Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR. Em 1990, a Fundação EDUCAR também foi extinta.

O Plano Nacional de Educação

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse contexto o plano era somente um conjunto de metas, não uma lei, a serem alcançadas no prazo de oito anos, em 1965 houve uma revisão e somente no ano seguinte ocorreu importantes alterações que propunham a distribuição de recursos federais, apesar das discussões da época nada se resolveu. Com a Constituição Federal de 1988 ressurgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) deixou a cargo da União, com a colaboração dos Estados e Municípios, a elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE). Este plano deveria ser apresentado com um ano de prazo, após a lei ser aprovada, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Por ter vigência igual a 10 anos, sobrepõe-se às gestões e aos mandatos, devendo se manter ativo apesar de mudanças de condução político-partidária. Na verdade, trata-se de um planejamento de médio prazo, que visa orientar todas as ações na área educacional, exigindo seriedade e engajamento de todas as partes. Cabe assim aos estados e municípios a elaboração de um planejamento regional, alinhado às metas predefinidas pelo plano.

Em 26 de junho, enquanto a grande preocupação dos brasileiros era a partida contra o Chile pelas oitavas de final da Copa, um fato de relevância muito maior passou despercebido de quase todo mundo. Na edição daquele dia, o Diário Oficial da União publicou a sanção, pela presidente Dilma Rousseff, do novo Plano Nacional de Educação (PNE).

Esse plano estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar

planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos — considerando a situação, as demandas e necessidades locais.

O acompanhamento do PNE deve ser feito a cada dois anos. O primeiro relatório com os resultados para cada meta foi divulgado no início de novembro,

O documento estabelece que até 2024 metade das escolas públicas do país deve garantir ensino em tempo integral. Em 10 anos, 25% dos estudantes terão de passar pelo menos sete horas por dia em sala de aula.



O Plano é composto por 20 metas que abrangem todos os níveis de formação, desde a educação infantil até o ensino superior, garantindo foco em questões especialmente importantes (como a educação inclusiva, o aumento da taxa de escolaridade média dos brasileiros, a capacitação e o plano de carreira dos professores), além de aspectos que envolvem a gestão e o financiamento desse imenso projeto.

O Plano Nacional de Educação também prevê investimento na educação privada, já que define estratégias direcionadas ao aumento de matrículas no ensino superior, a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUNI). E para garantir a evolução do número de matrículas na educação profissional, o Plano contempla um aumento na oferta de financiamento estudantil disponibilizado em instituições particulares.

A educação dentro dos movimentos sociais

A educação parece dentro dos movimentos sociais como uma grande luta de todos e se torna uma questão fundamental para todos, por isso, ela leva em conta toda realidade do contexto histórico que aquele movimento está vivendo, é possível enxergar isso a partir do conteúdo que se é trabalhado dentro dos movimentos, toda estrutura educacional que se tem dentro de cada movimento tem como prioridade os acontecimentos da própria vida que vão ao longo do tempo dando uma dimensão de como a consciência da coletividade e da defesa dos direitos estão sendo construídas. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (MST), como é conhecido é um dos mais importantes movimentos sociais brasileiro que tem mostrado com convicção como a educação recebe influência de todos os meios que a rodeiam, a bandeira principal que

este movimento defende é a reforma agrária, o fim do latifúndio, e a distribuição da terra para as famílias que dela tira sua fonte de subsistência, para isso, é fundamental a formação da consciência daqueles que fazem parte desse movimento e uma das ferramentas importantes nesta construção é a educação formalizada por eles nos acampamentos, onde o importante não é somente ler e escrever, é necessário a educação para a consciência de classe organizada.

O projeto educacional do MST tem como eixo orientador a luta de classes no campo e a defesa da necessidade da construção de uma sociedade sobre outras relações sociais de produção, o que exige uma educação, ainda nos marcos do capitalismo, pautada em valores socialistas e humanistas, tais como o coletivismo, o trabalho socialmente útil, a organização e auto-organização dos estudantes e professores.

A Educação Inclusiva

O esforço pela inclusão social e escolar de pessoas com necessidades especiais no Brasil é a resposta para uma situação que perpetuava a segregação dessas pessoas e cerceava o seu pleno desenvolvimento. Até o início do século XXI, o sistema educacional brasileiro abrigava dois tipos de serviços: a escola regular e a escola especial - ou o aluno frequentava uma, ou a outra. Na última década, nosso sistema escolar modificou-se com a proposta inclusiva e um único tipo de escola foi adotado: a regular, que acolhe todos os alunos, apresenta meios e recursos adequados e oferece apoio àqueles que encontram barreiras para a aprendizagem.

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Ela favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.



Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos.

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado.

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes. Pelo contrário. Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de convivência a todas as crianças.

Preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

As diferenças sempre existiram. Na educação inclusiva elas precisam ser reconhecidas e valorizadas, sem preconceito. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

Educação Especial e Educação Inclusiva

Educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Ou seja, uma modalidade de ensino para pessoas com deficiência ou altas habilidades.

Na escola inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. Ou seja, uma modalidade de ensino para todos.

Não existem alunos sem deficiência na educação especial. Já na educação inclusiva todos os alunos com e sem deficiência tem a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos. A ideia da inclusão é mais do que somente garantir o acesso à entrada de alunos e alunas nas instituições de ensino. O objetivo é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação discente no processo educativo.

É importante combatermos expressões que tentem atenuar as diferenças, tais como: “pessoas como capacidades especiais”, “pessoas especiais “e as mais famosas de todas: pessoas com necessidades especiais”. As diferenças têm de ser valorizadas, respeitando-se as necessidades de cada pessoa. Desde 2006 o termo correto é PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

A maioria das escolas regulares no Brasil não estão preparadas para receberem e ensinarem aos alunos com deficiência, devido à problema de infraestrutura e formação profissional da equipe.

Mas então, quem está preparado para receber esses alunos? As escolas especiais.

Hoje o modelo é que essas escolas especiais, que teoricamente têm o conhecimento da educação especial, se transformem em centros de recursos para apoiar o ensino inclusivo em todas as escolas que estão na sua região, com professores itinerantes e materiais pedagógicos.

No Brasil o aluno com deficiência está matriculado na escola regular, mas dependendo da sua necessidade pode precisar frequentar também uma escola especial para ter atendimento educacional especializado.

Isso mesmo, o famoso AEE – Atendimento Educacional Especializado pode acontecer fora da escola regular. Por isso, as escolas especiais ainda existem e são mantidas. O atendimento educacional especializado da escola especial não substitui a escola comum. A escola especial passa a **complementar e apoiar** o ensino regular na formação de alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Jussara de. **Analfabetismo no Brasil**. Disponível em:

<<http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/analfabetismo-no-brasil.htm>>. Acesso em 31 out. 2017.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Movimento de Educação Popular no contexto do Pré Golpe de 1964.

Disponível em: <<https://resistenciaemarquivo.wordpress.com/tag/campanha-de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler/>> Acesso em 31 out. 2017.

PILETTI, Claudino. 7ª ed. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 1994.

Plano Nacional de Educação faz 2 anos com atrasos nas metas. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/06/plano-nacional-de-educacao-faz-2-anos-com-atrasos-nas-metas.html>> Acesso em 30 mai. 2017.

O que é Educação Inclusiva? Um Passo a Passo para a Inclusão Escolar. Disponível em:

<<http://institutoitard.com.br/o-que-e-educacao-inclusiva/>> Acesso em 31 out. 2017.

SANTOS, Claudio Félix dos. **O aprender a aprender na formação de professores do campo** Campinas: Edições UESB, 2013. – (Coleção educação contemporânea).

Até Quando? Gabriel O Pensador

Não adianta olhar pro céu
Com muita fé e pouca luta
Levanta aí que você tem muito protesto pra fazer
E muita greve, você pode, você deve, pode crer

Não adianta olhar pro chão
Virar a cara pra não ver
Se liga aí que te botaram numa cruz e só porque
Jesus
Sofreu não quer dizer que você tenha que sofrer!

Até quando você vai ficar usando rédea?
Rindo da própria tragédia
Até quando você vai ficar usando rédea?
Pobre, rico ou classe média
Até quando você vai levar cascudo mudo?
Muda, muda essa postura
Até quando você vai ficando mudo?
Muda que o medo é um modo de fazer censura

Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ficar sem fazer nada?
Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ser saco de pancada?

Você tenta ser feliz, não vê que é deprimente
O seu filho sem escola, seu velho tá sem dente
Cê tenta ser contente e não vê que é revoltante
Você tá sem emprego e a sua filha tá gestante
Você se faz de surdo, não vê que é absurdo
Você que é inocente foi preso em flagrante!
É tudo flagrante! É tudo flagrante!

Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ficar sem fazer nada?
Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ser saco de pancada?

A polícia
Matou o estudante
Falou que era bandido
Chamou de traficante!
A justiça
Prendeu o pé-rapado
Soltou o deputado
E absolveu os PMs de Vigário!

Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ficar sem fazer nada?
Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ser saco de pancada?

A polícia só existe pra manter você na lei
Lei do silêncio, lei do mais fraco
Ou aceita ser um saco de pancada ou vai pro saco
A programação existe pra manter você na frente
Na frente da TV, que é pra te entreter
Que é pra você não ver que o programado é você!
Acordo, não tenho trabalho, procuro trabalho, quero
trabalhar
O cara me pede o diploma, não tenho diploma, não
pude estudar
E querem que eu seja educado, que eu ande
arrumado, que eu saiba falar
Aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo
me dá
Consigo um emprego, começa o emprego, me mato
de tanto ralar
Acordo bem cedo, não tenho sossego nem tempo
pra raciocinar
Não peço arrego, mas onde que eu chego se eu fico
no mesmo lugar?
Brinquedo que o filho me pede, não tenho dinheiro
pra dar!
Escola! Esmola!
Favela, cadeia!
Sem terra, enterra!
Sem renda, se renda! Não! Não!

Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ficar sem fazer nada?
Até quando você vai levando? (Porrada! Porrada!)
Até quando vai ser saco de pancada?

Muda, que quando a gente muda o mundo muda
com a gente
A gente muda o mundo na mudança da mente
E quando a mente muda a gente anda pra frente
E quando a gente manda ninguém manda na gente!
Na mudança de atitude não há mal que não se mude
nem doença sem cura
Na mudança de postura a gente fica mais seguro
Na mudança do presente a gente molda o futuro!

Até quando você vai ficar levando porrada
Até quando vai ficar sem fazer nada
Até quando você vai ficar de saco de pancada?
Até quando você vai levando